



A ADB deseja a todos os associados boas festas e um Próspero 2015!

m fevereiro próximo termina meu mandato de presidente da ADB. Assim sendo, submeti à apreciação da XX Assembleia Geral Ordinária da Associação o nome da embaixadora Vitoria Cleaver para assumir a presidência da ADB. Como não poderia deixar de ser, nossa caríssima colega foi eleita por aclamação.

Tratando-se de uma diplomata do mais alto nível e pessoa da mais alta qualidade, tenho certeza de que a ADB está de parabéns. A embaixadora Vitoria Cleaver vai certamente dar novo impulso à ADB e às suas atividades.

Quero deixar aqui registrados meus melhores agradecimentos à valiosa colaboração que recebi dos mais diversos colegas, de terceiros secretários a embaixadores. Nesses agradecimentos, faço questão de destacar a especial colaboração prestada pelos membros da Diretoria da ADB, assim como dos de seu Conselho Fiscal e de seu Conselho Editorial, todos reconduzidos por ocasião da citada XX AG.

Aproveito a oportunidade para deixar aqui também registrados meus mais sinceros agradecimentos pela colaboração prestada pelo vice-presidente da ADB, ministro Carlos Augusto Loureiro de Carvalho, bem como meus mais sinceros agradecimentos ao encarregado-voluntário da interessantíssima seção regular "Prata da Casa" do Boletim da ADB, ministro Paulo Roberto de Almeida.

É igualmente de meu dever deixar, por escrito, meus especiais agradecimentos pela inestimável colaboração prestada, diariamente, pelo gerente administrativo da ADB, senhor Térsio Arcúrio, e pela assistente administrativa Jacqueline Francisca da Cruz, ambos de indiscutível alta competência e elevada dedicação no trabalho.

Estamos no mês de dezembro. Assim sendo, formulo a todos os Associados e às suas Famílias meus melhores votos de um Feliz Ano Novo.

> Guy M. de Castro Brandão Presidente da ADB

Sumário



Nova diretoria assume em 2015, com a embaixadora Vitória Alice Cleaver na presidência

Ações judiciais

ADB sofre com atrasos nos julgamentos de ações. Estrutura do Judiciário prejudica associados

Forças Armadas



Projeto Calha Norte apoia ações de cidadania no Norte do país

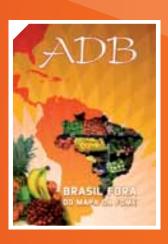
Exportação



Brasil está em terceiro lugar no ranking de exportadores de moda. Segmento praia é destaque



16 Em 2014, comemora-se 40 anos da implantação da Embaixada do Catar no Brasil. Relações entre os dois países avançam



Capa

de cidadãos





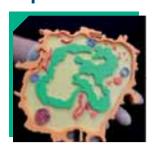
Centro Cultural Elefante promove experimentação e ajuda a movimentar a arte no Distrito Federal

Homenagem



Morte prematura de Byron Amaral dos Santos comove colegas de trabalho e amigos

Tecnologia



Pesquisadores da Universidade Federal do Espírito Santo promovem educação inclusiva a partir de impressão 3D

Relatório



ADB publica relação atualizada das ações judiciais em andamento

Prata da Casa



30 Prata da Casa apresenta resenhas de livros que vão desde romances a bastidores da diplomacia



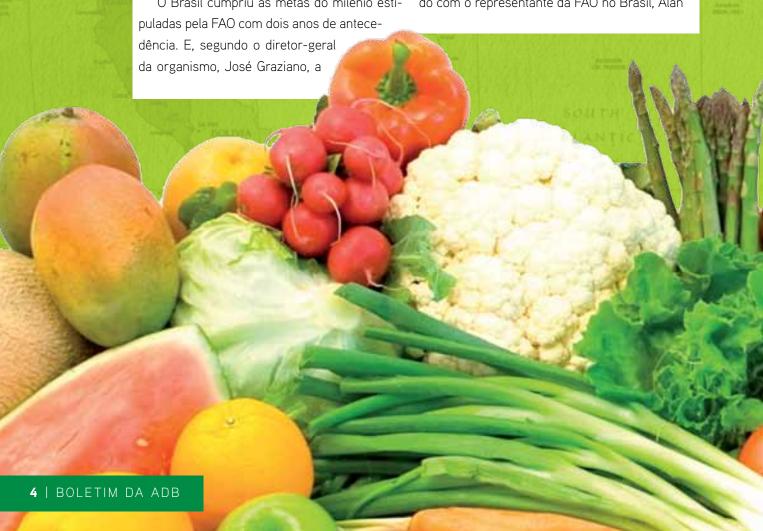
PAÍS SAI DO MAPA

m meio ao tumulto das eleições de outubro, uma notícia importante para o Brasil ficou esquecida. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), o país saiu do mapa da fome. O relatório mostra que o Indicador de Prevalência de Subalimentação, medida empregada pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) há 50 anos para dimensionar e acompanhar a fome em nível internacional, atingiu o nível de 1,7% no Brasil, abaixo do qual a organização considera que um país superou o problema da fome.

O Brasil cumpriu as metas do milênio esti-

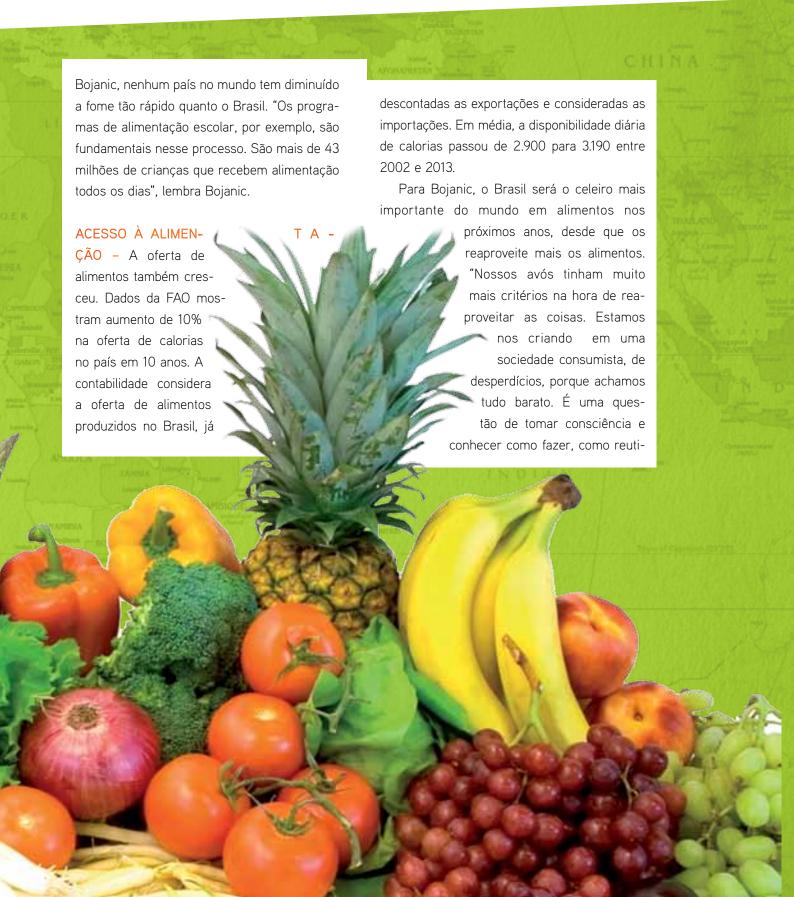
meta não pode ser outra que não seja a eliminação do problema. "O Brasil é um entre os cerca de 40 países que já alcançaram essa meta, graças a um firme compromisso com a erradicação da fome. Podemos ir mais longe, erradicando a fome no Brasil e no mundo, pois, quando falamos de fome, o único número que podemos aceitar é zero", diz.

De 2002 a 2013, caiu em 82% a população de brasileiros em situação de subalimentação. A redução faz com que a FAO indique o país como exemplo a ser seguido no tema. De acordo com o representante da FAO no Brasil, Alan



DA FOME

Número de subalimentados cai mais de 50% em 10 anos. Meta, porém, é erradicar o problema





ANO NOVO, DIRETORIA NOVA

ADB reafirma ano positivo, elege novo presidente e aponta desafios para 2015

ano de 2015 começa com novidades na diretoria da ADB. O embaixador Guv Brandão se licenciou para cuidar da saúde e indicou a embaixadora Vitória Alice Cleaver para presidir a Associação dos Diplomatas Brasileiros. A embaixadora aceitou o convite e apontou os principais desafios para os próximos anos. "A opinião geral é de que a associação precisa ser dinamizada. Novos caminhos serão tomados para condução de causas jurídicas e também queremos deixar o boletim um instrumento de comunicação mais ágil e objetivo", afirma.

Além da presidente, a diretoria ainda é composta pelo vice-presidente, ministro Carlos Augusto Loureiro de Carvalho, e pelos três diretores, ministro Adriano Pucci, João Frederico Abbott Galvão Júnior e Leandro Araújo. "Em conjunto com os membros da diretoria e consultando cole-

gas que são sócios, teremos caminhos para que a associação possa atender aos objetivos que os diplomatas desejam", avalia a presidente.

Um dos problemas identificados atualmente são as ações judiciais impetradas pela associação. A demora na resolução das ações tem deixado os diretores decepcionados e ávidos por novos caminhos para resolver esses assuntos. A nova presidente alerta que há diplomatas aposentados que não estão em condições de esperar tanto tempo para reaver o que têm de direito.

Na mesma reunião que definiu a nova diretoria, o escritório de advocacia responsável pelas ações atualizou os status das demandas da ADB. "Os advogados indicaram a situação que se encontram as principais causas para os presentes, mas eu fiquei um pouco surpresa com a morosidade, já que algumas caminham há 12, 14 anos. Pretendo conversar com os

colegas aposentados para ver como o tema da pecúnia pode ser resolvido. Alguns dos beneficiários já estão em idade avançada e, se houver demora, pode ser que eles não possam gozar do benefício", avalia a embaixadora Vitória Alice.

2014 - Segundo o vice-presidente da ADB, ministro Carlos Augusto Loureiro de Carvalho, além de convênios para melhorar os preços em diversos segmentos, a associação focou suas iniciativas nas ações judiciais. "Estamos brigando para melhorar a situação dos diplomatas. Por outro lado, estamos dando maior divulgação para a parte de comércio internacional do Itamaraty. São 16 processos na Justiça, é muita coisa, e tudo para melhorar a vida dos diplomatas. Tudo que os outros conseguiram, nós tivemos de ir até o Supremo Tribunal Federal (STF), detalha Carlos Augusto.







Ações judiciais

maneira que o Judiciário está organizado no Brasil não dá conta de atender a todas as demandas que recebe em um período de tempo decente. A ADB percebe isso pela demora de algumas ações por ela impetradas.

"A demora das ações judiciais no Brasil decorre da estrutura do Poder Judiciário, que não está estrutura-do para o tamanho de trabalho que ele tem", explica o advogado Antônio Torreão Braz Filho, do escritório Torreão Braz Advogados.

Uma das ações da ADB com uma longa história é a da licença-prêmio. É uma ação de 2004 e só agora, em 2014, alguns servidores começaram a receber. Embora os dez anos pareçam um longo espaço de tempo, é um período de demora considerado até razoável, em termos de Judiciário brasileiro. "É um tempo que representa a metade da média das ações do Tribunal Regional Federal da 1ª Região", comenta Torreão.

"No caso específico das ações do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, há ainda o complicador de que é um tribunal abarrotado de ações de natureza previdenciária e ações de servidores públicos, especialmente aposentados", explica Bruno Fischgold, também do escritório Torreão Braz. Com isso, o que acontece é que grande parte dos processos goza de preferência legal, o que explica o fato de muitos processos da ADB que vise tutelar o direito dos aposentados acabem seguindo os trâmites das demais ações que também visam beneficiar aposentados, tanto do regime próprio quanto geral. "Por isso é muito difícil agilizar o processo, porque as preferências legais atingem a quase todos os processos em tramitação no tribunal. Para se ter uma ideia, cada gabinete especializado nesse assunto tem mais ou menos, hoje em dia, um acervo de 20 mil processos estocados para serem julgados ainda", explica Fischgold.

Atualmente, a ação da licença-prêmio está em uma fase de elaboração de cálculo, que também é uma etapa que dá ensejo a uma série de recursos e uma série de discussões processuais sobre os cálculos em si. De acordo com Fischgold, alguns servidores já estão recebendo, mas a União vem recorrendo dos cálculos apresentados, apesar dos cálculos fornecidos pelo escritório estarem corretos e de acordo com a realidade funcional dos servidores. "Muitos deles foram prejudicados pela inserção indevida por parte da administração pública de períodos de licença-prêmio que nunca foram gozados, mas foram inseridos nos mapas dos servidores como se esses períodos de licença tivessem sido usufruídos", completa Fischgold.

Outras ações da ADB, a 3,17 e ação dos 28%, estão em processo de execução. Há ainda a chamada ação GDAD. "Essa é uma ação muito relevante, em que está se discutindo a constitucionalidade da lei da carreira na corte especial do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Infelizmente, é um órgão que demora muito para os processos", lamenta Fischgold. Há mais de cinco anos na corte especial, ainda se aguarda a solução do problema. "O escritório vem se esforçando muito para agilizar, mas realmente é muito difícil incluir esses processos na pauta da corte especial", reforça o advogado.



Presença das Forças Arma ajuda a manter a sob

riado em 1985 pelo governo federal, o Programa Calha Norte (PCN), anteriormente chamado de *Projeto Calha Norte*, tem como principal objetivo o aumento da presença do poder público na devida área de atuação. Dessa forma, a ideia é que isso contribua para a defesa nacional e proporcione assistência às populações, e fixando a presença humana na região.

Em seus quase 30 anos de existência, o *Programa Calha Norte* já esteve vinculado a diversos órgãos do governo federal. Hoje em dia, o PCN é subordinado ao Ministério da Defesa. "O programa tem uma missão muito grandiosa. Ele trabalha com dois grandes compromissos: desenvolvimento e soberania na região amazônica", explica o coordenador do programa, brigadeiro Dantas.

"O programa foi criado em 1985 por conta de um receio da cobiça de outros países em cima da Amazônia. Então, achouse por bem ampliar a presença militar na região de tal forma que eles [os militares] possam propiciar a vigilância e rastreamento de toda a faixa de fronteira naquela região. E o programa vem crescendo cada dia que passa. Hoje, contribuímos com todas as organizações militares", complementa.

O *Programa Calha Norte* possui 11 ações (três projetos e oito atividades), que são aprovadas em Lei Orçamentária todo ano. O valor é complementado por Emendas Parlamentares propostas pelo Congresso Nacional.

PROJETOS E ATIVIDADES – Os três projetos do programa são: construção de embarcações para controle e segurança da navegação fluvial na região do Calha Norte; implantação da infraestrutura básica nos municípios; e implantação de unidades militares na região.

As oito atividades são: gestão e administração do programa; apoio aéreo na região; manutenção de aeródromos;



conservação de rodovias; manutenção de pequenas centrais elétricas; apoio às comunidades; manutenção de embarcações; e manutenção da infraestrutura instalada nos pelotões especiais de fronteira.

Todas essas 11 ações, divididas em projetos e atividades, mostram a grandiosidade e importância do *Programa Calha Norte* para a região amazônica. "As melhorias são significantes, tanto em termos genéricos quanto em qualidade de vida", comenta o brigadeiro Dantas.

das no Norte do país erania na região



Forças Armadas

Área de atuação - Programa Calha Norte

De 1985 a 2003	De 2003 a 2005	A partir de 2006
Quatro estados (Amazonas, Pará, Amapá, Roraima)	Seis estados (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima)	Seis estados (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima)
74 municípios	151 municípios	194 municípios
7.413 km de fronteira	10.938 km de fronteira	10.938 km de fronteira
Área 1.500.000 km²/18% do território do país	Área 2.186.252 km²/25% do território do país	Área 2.743.986 km²/32,2% do território do país

E em ano de eleição...

...como foi o ano de 2014, as Forças Armadas também têm fundamental importância nos dias de votação. Primeiro, os juízes eleitorais mapeiam e definem as localidades que precisarão receber urnas, computadores e todo o material necessário para a realização da votação. Os juízes, então, encaminham os pedidos aos Tribunais Regionais Eleitorais, que fazem a solicitação ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Após a aprovação do apoio logístico, o TSE repassa as diretrizes ao Ministério da Defesa. As Forças Armadas estão sempre à disposição da Justiça Eleitoral para atuar em todo o território nacional.

Quantitativo de municípios ou localidades apoiadas

Missão	1º turno	2º turno	Consolidado*
Entrega de urnas	91	85	91
Garantia da lei e da ordem	282	230	325
Total	373	315	416

 $^{^\}star$ quantitativo abatendo-se as localidades que se repetiram nos dois turnos

Efetivos e meios empregados - 1º turno

	Efetivos	Viaturas	Aeronaves	Embarcações
Marinha	574	5	-	2
Exército	20.808	1.191	21	77
Força Aérea Brasileira	79	-	8 (5 asas fixas)	-
Total	21.461	1.196	29	79

Efetivos e meios empregados - 2º turno

	Efetivos	Viaturas	Aeronaves	Embarcações
Marinha	784	5	-	2
Exército	20.203	1.500	16	33
Força Aérea Brasileira	75	-	9 (6 asas fixas)	-
Total	21.062	1.505	25	35

Moda praia brasileira é sucesso no exterior

onhecidas mundialmente por suas belezas tropicais, as praias brasileiras chamam atenção de turistas e estrangeiros de todo o mundo. A matriz cromática farta dos nossos mares e areias brancas transformou o Brasil em referência quando se trata do verão e todas as suas possibilidades. Por esse poder de atenção de nossas praias e o foco da cultura brasileira em cuidar do corpo, um setor que tem se destacado no mercado internacional de exportação e que tem se lançado como o propulsor de novas possibilidades econômicas efetivas é o moda praia.

Em 1980, o Rio de Janeiro se lançou ousado no ramo por divesificar suas peças, acrescentando exorbitantes cores e tons considerados extravagantes, ao modelo que se tinha anteriormente. Mas foi em 1990, com os modelos asa delta e cortininha, que a cidade declarou seu status de criadora de tendências e até hoje é referência mundial no design estilístico da moda praia.

A exportação de moda na cidade aumentou 17% nos últimos cinco anos. Em 2013, com crescimento de 15%, o setor foi o responsável por colocar o Brasil em terceiro lugar no ranking de países que mais exportam moda no mundo. Parte desse negócio bem-sucedido vem do peso que



a moda praia brasileira, e sua procura, tem por todos os países. Assim, os principais produtos das exportações de moda são os referentes ao do verão, o *beach-wear*. Segundo a Associação Brasileira de Indústria Têxtil (Abit), o brasileiro consome, anualmente, cerca de US\$1,5 bilhão em produtos do setor.

Uma das marcas pioneiras e mais influentes desse mercado é a Clube Bossa, do estilista Guilherme Vieira. O nome é reconhecido internacionalmente, com créditos nas mais importantes revistas de moda do mundo, como a *Vogue* inglesa e alemã, tendo como clientes marcas como Net-a-Porter e Saks Fifth Avenue.

Apesar de reconhecido, o empresário afirma que as dificuldades do mercado moda praia no Brasil são as mesmas do mercado em geral. "Mesmo que trabalhemos com um produto com boa aceitação internacional, esse produto é sazonal, encontramos vários entraves no mercado interno cheio de burocracias", afirma o estilista. Ele revela que acredita fortemente no Brasil quanto ao setor, confessando que seu maior concorrente, hoje, é o próprio país.

De acordo com a Associação Brasileira de Estilistas (Abest), no ano de 2012, a exportação de sungas, maiôs e biquínis somou mais de R\$ 4,7 milhões. Em 2013, o número manteve-se estável, com leve crescimento. Apesar do cenário de pouco crescimento no Brasil para o ano de 2014, o setor continua aquecido e, até setembro, já havia exportado quase R\$ 4,4 bilhões.



O estilista e empresário Guilherme Vieira diz que uma das principais dificuldades encontradas para produzir no Brasil, hoje, são as altas cargas tributárias, com alto custo de produção. Outro problema é a falta de mão de obra qualificada. Ele acrescenta como entrave as dificuldades em se estabelecer parceiros formais. "A carga tributária nesse ramo em geral é mais que alta. Um bom exemplo são as grandes empresas e cadeias de confecção que importam mais do que produzem no Brasil devido aos custos de importação serem mais baixos que a produção no mercado interno", explica o designer.

NA CONTRAMÃO DAS CRISES -

As inseguranças do setor, que ainda eram fortes na década de 1990, foram vencidas com a análise econômica. Empresários brasileiros souberam que a moda praia seria um tópico importante no cenário de exportação mundial. Segundo dados do Instituto de Estudos e Marketing Industrial (Iemi), no ano de 1995, a exportação desse setor foi de 0.48% (em toneladas). Em 2000, o número foi de 0.45%. Aparentemente, não houve crescimento, principalmente se levado em conta o número de importações do setor em 2000, relativo a 4,3% do total.

Na realidade, ao se considerar a balança comercial do ramo, que estava em déficit em 1995, e em 2000 já se encontrava em superávit, analisa-

-se como tem se dado o desenvolvimento da moda praia com grande crescimento no mercado interno. Dessa forma, em outras palavras, hoje exportamos muito mais do que importamos o produto, além do fato da popularização do tropicalismo brasileiro crescente, que tem aumentando a procura na área. Sendo assim, os que apostaram, no início do século, no setor são os mais bem-sucedidos na atualidade.

O Clube Bossa nova foi um dos pioneiros no setor e, segundo o estilista da marca, este é o motivo da crescente exportação do seu produto. "Em particular, no caso da Clube Bossa, a exportação cresce devido a um longo trabalho quando entramos no mercado americano", explica. O empresário diz os fatores econômicos que, segundo ele, podem estar correlacionados com o aumento das exportações do setor. "Não acredito que as exportações de moda praia em geral estejam crescendo de forma sustentável, mas, sim, como alternativa a curto prazo em relação à instabilidade do mercado interno, à valorização da moeda americana", afirma.

Hoje, os Estados Unidos são considerados os maiores importadores de moda praia do mundo. De acordo com a Abest, o Brasil ocupa a posição de 11º país que mais exporta para a potência. Em primeiro lugar, está a China.

Conforme dados divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento, Dados da Associação Brasileira de Estilistas apontam que, até setembro de 2014, o segmento moda praia havia exportado o equivalente a R\$ 4.4 bilhões, contra R\$ 4.7 bilhões contabilizados durante todo o ano de 2012

Indústria e Comércio Exterior, em 2014, os Estados Unidos compraram US\$3.080.127 de moda praia brasileira. Em segundo lugar tem--se a França, com US\$939.112 e, em terceiro, Portugal, US\$765.934. O quarto lugar foi da Grécia, com US\$281.066 e o quinto, Espanha, com US\$175.752.

As perspectivas para o ramo de design de moda são de que o Brasil só tende a continuar crescendo no setor de moda praia. Desde o fim do século passado, ele lidera e outorga tendências, mas, com sua crescente popularização internacional e procura de turistas, o ramo é certo para os apostadores de moda. Dessa forma, a economia, que faz uma releitura dos acontecimentos e fatos presentes, tem todos os seus dados e relação com os parceiros e a certeza de que esse é um setor com prolongada de exportação.



penas três anos depois de conquistar a independência do Reino Unido, em 1974, o Catar iniciou suas relações diplomáticas com o Brasil. Considerado um dos países mais ricos do mundo, devido à abundancia e exploração de petróleo e gás natural, a população total é um pouco maior do que a do Distrito Federal, com 1,9 milhões de habitantes.

Neste ano, em comemoração aos 40 anos da primeira embaixada catariana no Brasil, os países comemoram o Ano da Cultura Brasil-Catar. O intuito é criar um intercâmbio cultural, envolvendo pessoas dos dois Estados em atividades culturais e esportivas de cada país. Uma série de exposições e festivais foi organizada a fim de fortalecer as relações bilaterais e as parcerias de

instituições e empresários. A comemoração é organizada pela Qatar Museus Authority (QMA). Segundo o embaixador Mohammed Al-Mayki, esse tipo de evento é importante e necessário para que os laços entre os países se estreitem.

Uma grande delegação do Catar foi enviada a diferentes partes do Brasil para levar sua cultura e perspectivas políticas. Em Belém, no Pará, ações com rena, caligrafia, comida e vestimentas do Oriente Médio foram exibidas em atividades diversas, envolvendo todos os presentes. Em São Paulo, exibições exóticas sobre o Catar foram passadas, dando a possibilidade de adentrar e conhecer mais a fundo a cultura oriental. Em dezembro, também na capital paulista, ocorrerá uma exibição de Arte na São

Paulo Cultural Week, com eventos de música, shows e mostra de culinária.

Nessa oportunidade, as culturas se integram nas atividades, podendo haver uma troca de tradições. Na mesma ocasião em que o Catar pode exibir um pouco mais de teu país, a cultura brasileira também está presente, mostrando que é possível integra-las. Apresentações de capoeira, arte e culinária brasileira também fizeram parte.

Segundo o embaixador, a cultura brasileira é "belíssima" e a melhor parte de todas as mostras culturais foi ter o Brasil como fundo. "Tivemos a oportunidade de plantar um pouco da nossa cultura. É possível encontrar pelo Brasil pessoas que já conhecem nossas roupas, danças ou se deparar com algum alimen-





to da nossa culinária. O que esperamos agora é que o Brasil e toda sua cultura possam entrar no nosso País também, queremos muito!", disse, ao relembrar também todo o louvor que se tem pelo ícone da nossa cultura do futebol, o Rei Pelé.

É a terceira vez que o Catar organiza eventos desse cunho, sendo o primeiro foi realizado no Japão em 2012 e o segundo no Reino Unido em 2013.

TROCAS COMERCIAIS - Apesar do crescimento da troca comercial entre os dois países, o comércio bilateral entre Brasil e Catar ainda é consideravelmente pequeno. Apenas 1,13% das exportações para o Oriente Médio são destinados ao Catar, sendo 0,4% das exportações globais do Brasil. O Brasil é responsável por fornecer congelados de carne, o que representa 43% da troca, os minérios estão em igual patamar, com 43%; preparações alimentícias, equipamentos de mecânica, 4%, e veículos, 1%. Em contrapartida, o Brasil compra amoníaco anidro e ureia do país árabe.

O aumento da exportações do Brasil para o Catar está diretamente ligado aos US\$ 48 milhões da ampliação das vendas de automóveis, ocupando o primeiro lugar, o de exportação de carne.

A relação comercial entre os países está cada vez mais constante. Esse seria um dos motivos de interesse brasileiro em estar na região e manter suas representatividades. Entre 1999 e 2003, as exportações brasileiras para o Catar se mantiveram em US\$30 milhões. Em 2004, ocorreu o acréscimo de 35%, subindo para 41 milhões. Em 2005, as negociações triplicaram, atingindo US\$116 milhões.

Porém, as importações não têm tido o mesmo sucesso. O Brasil não registrou importações do Catar nos anos de 2000, 2001 e 2002. No ano de 2003, houve o diferencial de US\$7 milhões importados, mas que em 2004 se tornou nulo e, em 2005, voltou a crescer com resultado de US\$3,3 milhões. O país que lidera as importações do Catar é a França, representando 3,3% em 2003, 26,6% em 2004 e 13,8% em 2005. O Brasil se posiciona em 18º lugar, antecedendo a Espanha. Entre os países que mais exportam para o Catar, o Brasil está em 14º, tendo o Japão em 1º lugar.

BRASIL NO CATAR - a Embaixada do Brasil em Doha está em funcionamento desde 2005. Hoje, dois diplomatas servem no local, além de uma assistente de chancelaria e oito contratados locais. Desde 1999, o Brasil e o Catar estreitam laços comerciais, e a necessidade da implementação de um consulado se da por essas ligações que, cada vez mais, se encontram mais finas.

De acordo com o embaixador no País. Mohammed Al-Hayki, que está servindo no Brasil há dois anos,



Jimmy Baikovicius

o interesse do Catar pelo país é grande e só tende a aumentar. "O Brasil é o país mais importante da América Latina, pelo seu tamanho e população. Temos muita atração pelos produtos de industrialização, gás, aviões... Interesses gerais políticos e econômicos, vendo ainda a importância que o Brasil tem no cenário de política internacional e pela grande potência que é", afirma.

Segundo o embaixador, além dos interesses já declarados e do posicionamento do Catar de enxergar o Brasil como "ícone" e "país da diversificação", uma das áreas em que, recentemente, tem tido maior investimento é o setor bancário e no Vale do Rio Doce. onde o interesse é maior. Ele afirma que é extremamente necessária essa parceria com a companhia para a economia do país, ressaltando que o país do Oriente Médio é um dos fornecedores de gás e outras fontes de energia, sendo um dos mais importantes no setor mundialmente. Hoje, 23% das ações de óleo produzido pela Companhia Shell são do Catar.

O grande objetivo do Catar no Brasil é buscar maiores possibilidades de aumentar os investimentos no Brasil. Fato que liga a visita da Presidente da República, Dilma Rousseff, ao País, onde tentativas de fortalecer as ligações foram discutidas e, segundo o embaixador, bem sucedidas. "A abertura que o Brasil está dando para o Catar é positiva e, sobretudo, racional, devido a nossa

política e economia", afirma. Foi a terceira vez que um Chefe de Estado brasileiro foi ao País.

MUNDIAIS DE FUTEBOL - Outro fator de ligação que, hoje, aumenta os laços entre os dois países, segundo Mohammed, é o fato de que em 2022 o Catar sediará a Copa do Mundo. Neste momento, o Catar tem procurado aproximar as culturas para entender e aprender a forma de organização da Copa sediada no Brasil, da qual será a maior inspiração para o país sede. "Precisamos que o Brasil nos diga como foi organizado, mas que nos ensine também como é sentir essa paixão, emoção e energia que o brasileiro tem com o futebol e que fez a grandiosidade da Copa. É isso que queremos aprender com o Brasil, para que possamos fazer uma Copa tão bem sucedida quanto essa [sediada no Brasil] foi", conta. O Ministro do Esporte Aldo Rabelo está em contato com o emir do Catar para cooperar com a organização da Copa do Mundo Fifa de 2022.

Porém, não somente de economia e política, propriamente dita, se estabelece a relação entre as duas potências. O Brasil e o Catar assumem posições semelhantes nas discussões mundiais de diversos outros temas. O Catar dialoga e coopera com o Brasil junto aos direitos humanos, agindo diretamente no debate, e sobretudo no meio ambiente, tendo diversos projetos avançados, em relação a outros países, para melhora e proteção do meio ambiente e pela comunidade internacional.



Centro Cultural em Brasília promove a experimentação

scondido em um emaranhado de oficinas da quadra 706 norte, em Brasília, fica o Elefante Centro Cultural. É um lugar cheio de charme, bem ali em um beco da Asa Norte. Foi fundado em junho de 2013, por Flávia Gimenes e Matias Mesquita, e é um centro cultural independente e autônomo. No site do "Elefante" há o aviso: "O Elefante não é uma galeria de arte, nem pretende ser". O espaço reúne ateliês, residências artísticas, salas de exposição, cursos e grupos de estudo.

Mais difícil que achar o local é mantê-lo. Isso sim é tarefa complicada. O centro cultural se sustenta com projetos desenvolvidos, com as inscrições dos cursos oferecidos e por meio das publicações produzidas. Além disso, o Elefante conta também com a ajuda dos próprios artistas que integram o espaço.

A data oficial de surgimento é 2013, mas a ideia começou a nascer um pouco antes. Desde 2010, Flávia fazia algumas exposições, bem pontuais, na quadra 307. Foi exatamente lá que ela e o Matias, que estava se mudando do Rio de Janeiro para Brasília, se conheceram. O encontro aconteceu em 2012. Ele buscava um ateliê, ela procurava um espaço maior para fazer exposições que durassem mais tempo. Começaram, então, a procurar. Encontraram uma casa com uma estrutura bacana. "A gente foi seguindo muito mais nossas vontades que modelos já existentes", explica Matias.

NOME - O nome Elefante Centro Cultural remete a um velho conto. "Há muito tempo, um circo foi visitar uma cidade. E correu um burburinho entre os moradores de que o circo trazia um animal muito grande", começa a contar Matias. Só que ninguém sabia que animal era esse. Os anciãos, então, pediram para que algumas pessoas entrassem no estábulo para ver que bicho era aquele. Foram à noite. "Chegaram lá e estava tudo escuro. Como não conseguiram ver, cada um tateou uma parte do animal, que era um elefante. Então, cada um começou a ter uma compreensão da parte que tocou", continua Matias. No dia seguinte, quando foram contar para as outras pessoas da cidade que bicho era aquele, cada um explicou, a partir de referências próprias, o que tinha tocado. Nenhum deles, porém, conseguiu ter noção da unidade, do que era o elefante. "E a gente faz uma metáfora disso com a arte contemporânea", explica. "Acho que o elefante é uma alegoria interessante aqui, porque a gente também tateia", completa Flávia. É difícil saber com precisão a origem e a autoria do conto. "São muitos autores e versões", diz Flávia.

PROGRAMAÇÃO - Nas quartas--feiras de novembro (dias 5, 12, 19 e 26), das 20h às 22h, o Elefante Centro Cultural promoveu um curso introdutório sobre a arte latino--americana, com o curador uruguaio Manuel Neves.





E a gente faz uma metáfora disso com a arte contemporânea", explica. "Acho que o elefante é uma alegoria interessante aqui, porque a gente também tateia



Adeus a Byron Amaral



oi com grande prazer que aceitei o convite da ADB para escrever sobre o colega e grande amigo Byron Amaral dos Santos, que, infelizmente, nos deixou, recentemente, de maneira tão prematura, antes mesmo de completar 50 anos em junho do ano que vem. Trata-se de um desafio a tarefa de transmitir ao leitor minhas lembranças e impressões sobre o Byron, sobretudo àqueles que não tiveram o prazer de conviver com ele, uma vez que a descrição completa de sua alma aventureira, de seus interesses culturais diversos e de sua extrema generosidade não caberia, certamente, nas linhas desse artigo que, muito justamente, o homenageia.

Lembro-me da primeira vez que o encontrei, no Rio de Janeiro, onde morávamos, em 1990, em curso preparatório para concurso do Instituo Rio Branco. De imediato, simpatizei com aquela figura bem carioca e logo desenvolvemos uma sincera amizade, porque essas eram características marcantes do Byron: a simpatia e a facilidade de fazer novos e fiéis amigos.

Quantas agradáveis e divertidas memórias guardo, já com sauda-

des, do amigo que discutia Nitsche e Platão com o mesmo conhecimento e gosto com os quais falava, por exemplo, sobre Pink Floyd e Rush. Muitas vezes essas nossas conversas se davam em ambientes diversos, aonde ele sempre chegava na sua inseparável motocicleta, como antes das aulas de preparação, após longas sessões de estudo, na praia, depois "pegar" algumas ondas, ou ao redor da mesa de um bar, cercados por muitos chopps. Só não aceitei seu convite para saltar de asa-delta da Pedra da Gávea! Ele, porém, sempre aceitava os convites dos amigos, para jogar futebol, embora tal esporte não fosse o seu forte, ou para longas conversas políticas ou culturais. Ele sempre estava lá, e ganhava a admiração de todos com sua extrema simpatia, camaradagem e bom-humor. Filósofo, roqueiro, boêmio, desportista e aventureiro. Como se dizia antigamente, um verdadeiro "boa-praça".

Passamos juntos para as fases seguintes do concurso para o IRBr, e, já em Brasília, dividimos quarto no pequeno hotel no qual hospedaram os candidatos oriundos de outros estados. Compartilhamos, também, as angústias e os sacrifícios que acompanham aqueles que chegam até o final daquela difícil, porém gratificante, etapa inicial da vida profissional dos diplomatas. Ainda tive o prazer de conviver com o Byron ao longo de dois anos na mesma turma do Instituto Rio Branco. Depois da cerimônia de formatura, é claro que a festa tinha que ser na casa do Byron!

Ao longo de 23 anos de carreira, Byron sempre demonstrou grande interesse, competência e responsabilidade com relação os temas sobre os quais tratou, na Divisão de África-I, no Cerimonial no ERERIO, como Cônsul-Adjunto em Hamburgo, nas Embaixadas em Bonn e em Pequim, como Chefe da Divisão de Atos Internacionais, no Departamento de Imigração e Assuntos Jurídicos e, ultimamente, na Embaixada em Abuja. Perdemos o profissional, o colega e amigo Byron. Ficamos com as maravilhosas lembranças desse personagem tão marcante e querido por todos. Vai com Deus amigo Byron, tenho certeza que o Céu está muito mais divertido desde a sua chegada...

Ao longo de 23 anos de carreira, Byron sempre demonstrou grande interesse, competência e responsabilidade com relação aos temas sobre os quais tratou. Perdemos o profissional, o colega e o amigo Byron. Ficamos com as lembranças desse personagem tão marcante

RODRIGO DE AZEREDO SANTOS

PESQUISADORES TECNOLOGIA 3D PARA

O objetivo de usar a tridimensionalidade é favorecer a educação inclusiva

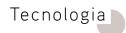


Marco Guimarães teve a ideia a partir de conversas sobre a dificuldade de alunos cegos ou com visão imperfeita

esquisadores da Universidade de Federal do Espírito Santo (UFES) estão aproveitando a tecnologia de impressão 3D em prol da educação inclusiva. O projeto faz parte do Laboratório de Ultraestrutura Celular Carlos Alberto Redins (LUCCAR), que tem como foco a morfologia, entre outras linhas de pesquisa.

Marco César Cunegundes Guimarães, coordenador do projeto, conta que a ideia do projeto surgiu depois de uma conversa com o professor Athelson Stefanon Bittencourt, responsável pelo Museu de Ciências da Vida da UFES. "Ele me contava a respeito dos desafios da educação inclusiva para alunos cegos ou com visão imperfeita", lembra Guimarães.

O desejo de contribuir para aumentar as possibilidades de material didático disponíveis a deficiente visuais e a importância de iniciativas de educação científica contribuíram para o surgimento do projeto. "O que nós fizemos foi nos apoiar nessa questão para desenvolvermos modelos tridimensionais em nosso laboratório atra-



UTILIZAM ESTUDO DE CÉLULAS

vés de técnicas de microscopia eletrônica. Depois disso, fizemos uma parceria com o Jorge Lopes, do Instituto Nacional de Tecnologia-RJ, para a impressão dos modelos" completa o pesquisador.

"Usamos o microscópio eletrônico de transmissão para a obtenção das imagens pela técnica de tomografia eletrônica. Daí o arquivo digital vai para a impressora e a célula imprime o protótipo tridimensional", explica.

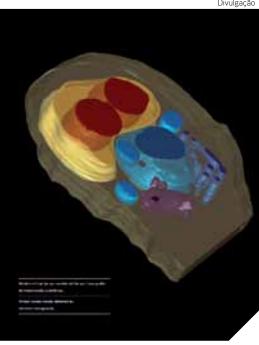
Existem várias maneiras para se obter imagens tridimensionais. O grupo de pesquisa escolheu a microscopia eletrônica de transmissão, por acreditar que é a única que confere um nível elevado de resolução.

Todo o processo de produção da célula pode durar aproximadamente uma semana. São várias etapas: isolamento das células (sangue); fixação; desidratação; inclusão em resina; cortes ultrafinos do material e obtenção das imagens por microscopia eletrônica de transmissão; tratamento de imagens, conversão de mídia e envio do arquivo digital para a impressora e a impressão do modelo.

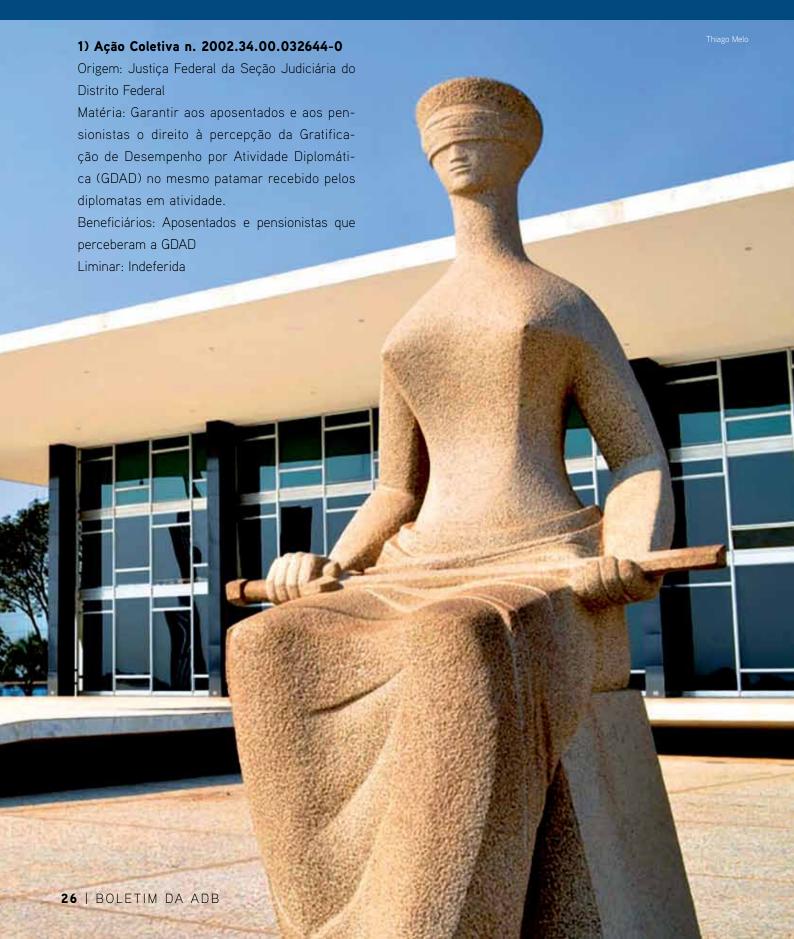
Recente, o grupo publicou dois capítulos no livro "Tecnologias 3D: Desvendando o passado, modelando o futuro". Os capítulos, intitulados 'Microscopia eletrônica' e 'Sangue 3D', mostram a aplicação da tecnologia 3D na área de microscopia.

O projeto, financiado pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), já contou com a participação de três alunos de graduação, um de doutorado, dois técnicos e quatro pesquisadores.





QUADRO ATUALIZADO DOS



PROCESSOS DA ADB

Histórico: Julgamento favorável na 1ª instância. Interpostas apelações pela ADB e pela União. Quando do julgamento dos recursos interpostos pelas Partes, a Turma Julgadora suscitou Incidente de Institucionalidade, que, por questões formais, não foi julgado e retornou à Turma Julgadora. Aguarda-se julgamento das apelações pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

2) Ação Coletiva n. 2002.34.00.032645-4

Origem: Justiça Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal

Matéria: Impedir a implementação do Ofício Circular n. 19, bem como garantir a percepção das parcelas incorporadas de DAS 1, 2 e 3, no valor estipulado pela MP n. 2.048-28/2000, atualizados pela Lei n.10.470/2002.

Beneficiários: Diplomatas que percebem as parcelas incorporadas de DAS 1, 2 e 3.

Liminar: Indeferida

Histórico: Julgamento parcialmente favorável na 1ª instância. Interpostas apelações pela ADB e pela União. Aguarda-se julgamento dos recursos pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

3) Ação Coletiva n. 2002.34.00.032906-2

Origem: Justiça Federal da Seção

Judiciária do Distrito Federal

Matéria: Condenar a União Federal ao pagamento do valor integral da Vantagem Pessoal Nominalmente Identificável (VPNI), calculada sem considerar as vantagens pessoais adquiridas antes da reestruturação da carreira estabelecida na Lei n.10.479/2002.

Beneficiários: Aposentados e pensionistas que perceberam VPNI antes da reestruturação da carreira. Liminar: Indeferida

Histórico: Julgamento desfavorável na 1ª e na 2ª instância. Para tentar reverter essa situação, a ADB interpôs Recurso Especial, o qual foi admitido e aguarda, atualmente, julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça.

4) Ação Coletiva n. 2002.34.00.032907-6

Origem: Justiça Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal

Matéria: Condenar a União Federal à restituição dos valores indevidamente descontados a título de contribuição previdenciária incidente sobre as diárias, desde o mês em que cada parcela foi recolhida equivocadamente.

Beneficiários: Todos os diplomatas. Liminar: Indeferida

Histórico: Julgamento desfavorável na 1ª instância. Em 2ª instância, o Tribunal Regional Federal da 1ª

Região julgou favorável o pleito da Associação. A União, então, interpôs Recursos Especial e Extraordinário, que admitidos, encontram-se sobrestados até o julgamento dos recursos paradigmas sobre a matéria no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal.

5) Ação Coletiva n. 2004.34.00.005985-3

Origem: Justiça Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal Matéria: Responsabilizar objetivamente a União Federal pela ausência da concessão de revisão geral. Beneficiários: Aposentados e pensionistas que percebam a GDAD Liminar: Não há pedido Histórico: Julgamento desfavorável na 1ª e na 2ª instância. Para tentar reverter essa situação, a ADB interpôs recurso Especial e Recurso Extraordinário, os quais aguardam juízo de admissibilidade pela Vice-Presidência do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

6) Ação Coletiva n. 2004.34.00.005987-0

Origem: Justiça Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal Matéria: Garantir o direito à percepção acumulada das vantagens constantes dos artigos 62 e 192, II, da Lei n. 8.112/1990, em suas redações originais, assim como garantir o rece-

Relatório

bimento futuro do valor correto aos diplomatas em atividade que, em abril de 1998, haviam preenchido todos os requisitos para a aposentadoria.

Beneficiários: Aposentados e pensionistas que percebiam os quintos previstos no artigo 62 da Lei n. 8.112/1990, em sua redação original. Liminar: Indeferida

Histórico: Julgamento parcialmente procedente em 1ª instância. Em 2ª instância, foi negado provimento à apelação da União, mantida a sentença que declarou a possibilidade de cumulatividade dos benefícios dispostos nos artigos 62 e 192, II, da Lei n. 8.112/1990, em suas redações originais, aos afiliados da autora que se aposentaram ou tiveram suas pensões concedidas até abril de 1998, bem como os que nessa data atendiam os requisitos para a aposentadoria.

7) Ação Coletiva n. 2004.34.00.011213-0

Origem: Justiça Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal Matéria: Garantir o direito à percepção da Gratificação de Desempenho por Atividade Diplomática (GDAD), no mesmo patamar concedido aos diplomatas em atividade. Beneficiários: Aposentados e pensionistas que percebam a GDAD Liminar: Indeferida

Histórico: Julgamento parcialmente procedente em 1ª instância. A União e a ADB interpuseram apelação. Atualmente, o processo encontra-se no Tribunal Regio-

nal Federal da 1ª Região e aguarda decisão na Ação Coletiva n. 2002.34.00.032644-0, cuja matéria é a mesma desta ação, porém com outro grupo de beneficiários.

8) Ação Coletiva n. 2005.34.00.022146-0

Origem: Justiça Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal Matéria: Garantir as incorporações de quintos/décimos nas remunerações dos filiados que exerceram cargos em comissão no período compreendido entre abril de 1998 e setembro de 2001.

Beneficiários: Diplomatas que exerceram cargos em comissão no período compreendido entre abril de 1998 e setembro de 2001.

Liminar: Indeferida

Histórico: Julgamento favorável em 1ª instância. A União interpôs apelação, que foi julgada parcialmente procedente apenas para reconhecer prescrição quinquenal e alterar os valores anteriormente fixados a título de honorários e a taxa de juros moratórios. A União interpôs Recurso Especial, que foi inadmitido. Para tentar reverter essa situação, a União interpôs Agravo, o qual aguarda decisão.

9) Ação Coletiva n. 2005.34.00.022147-4

Origem: Justiça Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal Matéria: Garantir a percepção do auxílio-alimentação nos mesmos valores pagos aos diplomatas do Poder Legislativo.

Beneficiários: Diplomatas ativos que percebem auxílio-alimentação Liminar: Indeferida Histórico: Julgamento desfavorá-

vel em 1ª instância. Aguarda-se julgamento da apelação da ADB pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

10) Mandado de Segurança Coletivo n. 2005.34.00.034739-0

Origem: Justiça Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal Matéria: Impedir a implementação da cobrança retroativa da contribuição previdenciária incidente sobre os proventos e sobre as pensões dos aposentados e pensionistas filiados à ADB.

Beneficiários: Aposentados e pensionistas que recolhem contribuição previdenciária.

Liminar: Não há pedido

Histórico: Julgamento desfavorável em 1ª instância. Aguarda-se julgamento da apelação da ADB pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

11) Ação Coletiva n. 2006.34.00.012579-1

Origem: Justiça Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal Matéria: Impedir a cobrança da contribuição previdenciária, até a superveniência de lei ordinária que defina a base de cálculo de tal tributo, respeitado, ainda, o lapso de noventa dias de sua publicação. Beneficiários: Aposentados e pensionistas

Liminar: Indeferida

Histórico: Proferida sentença que extinguiu o processo sem julgamento do mérito, por suposta litispendência. A ADB interpôs recurso de apelação, que aguarda julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

12) Ação Coletiva n. 2007.34.00.043330-6

Origem: Justiça Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal Matéria: Converter em pecúnia os períodos de licença-prêmio e/ou licença especial, conquistados e não gozados, com a consequente condenação da União Federal ao pagamento de tais valores.

Beneficiários: Diplomatas que não gozaram de licenças-prêmio e/ ou especial e não foram contemplados pela Ação Coletiva n. 2004.34.00.005986-7.

Liminar: Não há pedido

Histórico: Julgamento favorável em 1ª instância. A ADB e a União apelaram da sentença, a Associação em relação à prescrição apontada pelo juiz do primeiro grau. Aguarda-se julgamento das apelações pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

13) Ação Coletiva n. 2008.34.00.006072-9

Origem: Justiça Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal Matéria: Garantir aos Diplomatas aposentados a percepção da Gratificação de Desempenho de Ativi-

dade Diplomática (GDAD) nos mes-

mos valores dos diplomatas ativos. Beneficiários: Aposentados e pensionistas que perceberam a GDAD.

Liminar: Indeferida

Histórico: Prolatada sentença, que extinguiu o processo, sem julgamento de mérito, ao fundamento de que teria havido perda de objeto. A ADB apresentou apelação, a qual aguarda julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

14) Ação Coletiva n. 2009.34.00.013799-2

Origem: Justiça Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal Matéria: Impedir qualquer redução nos valores recebidos pelos filiados da ADB a título de parcela complementar do subsídio e, caso ocorra redução nos valores pagos, seja restabelecido o valor original recebido quando da implementação dos subsídios, com a consequente condenação da União ao pagamento dos valores atrasados devidos.

Beneficiários: Diplomatas que receberam parcela complementar de subsídios.

Liminar: Indeferida

Histórico: Julgamento desfavorável em 1ª instância. Aguarda-se julgamento da apelação da ADB pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

15) Ação Coletiva n. 2009.34.00.013800-7

Origem: Justiça Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal Matéria: Garantir a incorporação definitiva do percentual de 13,23% aos subsídios, proventos e pensões, compensando-se o índice equivalente, nos respectivos subsídios, à parcela de R\$ 59.87 concedida pela Lei n. 10.698/2003, além da condenação da União ao pagamento das diferenças pretéritas decorrentes da incorporação.

Beneficiários: Diplomatas que integravam a Carreira em 2003.

Liminar: Não há pedido

Histórico: Julgamento desfavorável em 1ª instância. Aguarda-se julgamento da apelação da ADB pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Origem: Justica Federal da Seção

16) Ação Coletiva n. 2009.34.00.023036-1

Judiciária do Distrito Federal Matéria: Garantir a revisão dos proventos dos associados da ADB, para que cada ano a mais de contribuição previdenciária paga seja contado, majorando-se seus respectivos proventos, a serem calculados com base na soma do tempo de contribuição anterior e posterior à aposentação, condenando-se também a União a pagar os valores atrasados. Beneficiários: Diplomatas que se aposentaram com proventos proporcionais.

Liminar: Não há pedido

Histórico: Julgamento desfavorável em 1ª instância. Aguarda-se julgamento da apelação da ADB pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Prata da Casa



Mesquita, Paulo Estivallet de:

A Organização Mundial do Comércio

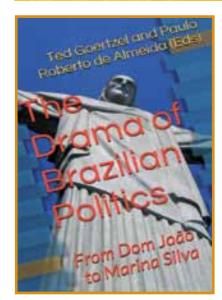
(Brasília: Funag, 2013, 105 p.; ISBN 978-85-7631-472-1; Coleção Em

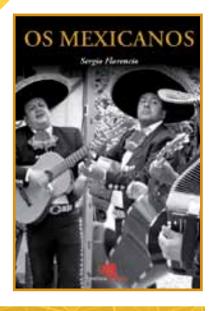
Poucas Palavras)

Parece difícil resumir em menos de 100 pequenas páginas a teoria do comércio internacional, a evolução prática do próprio, o estabelecimento do sistema multilateral de comércio, desde o Gatt e seus caminhos tortuosos, até chegar na OMC e todos os seus acordos e funcionamento. Uma proeza realizada por este engenheiro agrônomo que se fez diplomata, e que aplica o rigor da sua ciência de origem à análise dos problemas das relações econômicas internacionais, com ênfase no comércio e nos seus conflitos. O sistema parece uma bicicleta: é preciso avançar, pois qualquer parada pode significar retrocesso, não estabilidade. A interrupção da Rodada Doha, o recuo no protecionismo em alguns grandes países (alguns até próximos) são desafios graves, mas os acordos de livre comércio não são a resposta ideal. Só faltou a bibliografia para uma obra perfeita.

Goertzel, Ted; Almeida, Paulo Roberto de (eds.): The Drama of Brazilian Politics: From Dom João to Marina Silva (Amazon; Kindle Book, 2014, 278 p.; ISBN: 978-1-4951-2981-0)

O ebook, editado por um brasilianista, já autor de biografias dos presidentes FHC e Lula, e por um diplomata conhecido por seus muitos outros livros, parece aproveitar a conjuntura para reunir artigos sobre a política brasileira. Não é bem assim; a despeito da maioria dos capítulos tratar da situação presente, desde as manifestações de 2013, o capítulo inaugural por Goertzel cobre o que o subtítulo promete: o drama político brasileiro desde o Império até as eleições atuais. O segundo capítulo, pelo diplomata Almeida, segue as mudanças de regime econômico em função das políticas econômicas adotadas desde a abertura dos portos até o atual baixo crescimento. De certa forma, constitui uma continuidade de seus outros trabalhos de pesquisa histórica sobre as relações econômicas internacionais do Brasil, aliás, um país muito introvertido.





Florencio, Sergio:

Os Mexicanos

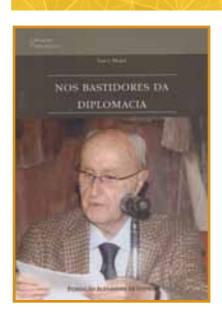
(São Paulo: Contexto, 2014, 240 p.; ISBN 978-85-7244-827-7)

Você sabia que os mexicanos têm uma lista dos mais amados (Benito Juarez e Pancho Villa, entre eles), mas também dos mais odiados (Cortez, obviamente, e também Porfírio Díaz) personagens da sua história? Sabia que somos parecidos com eles? Este livro, por quem foi embaixador no México, apresenta uma história diferente do país que é apresentado como competidor do Brasil; de fato é, mas não como esperado: buscam os dois a prosperidade, a partir de bases sociais e comportamentos econômicos similares. Uma análise exemplar, feita do ponto de vista de um brasileiro que é fino observador das qualidades e idiossincrasias de um povo dotado de uma rica história de realizações, mas também de frustrações. Os desafios parecem semelhantes; serão também as soluções? Descubra um México diferente num livro em que o Brasil está presente.

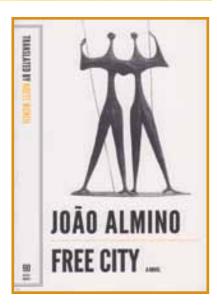
Mariz. Vasco:

Nos bastidores da diplomacia: memórias diplomáticas (Brasília: Funag, 2013, 296 p.; ISBN 978-85-7631-471-4; Coleção Memória Diplomática)

Livro saborosíssimo, sem ser memórias, estrito senso, mas causos de uma vida rica em episódios, encontros e desencontros com grandes e pequenos atores da cena internacional e da vida diplomática brasileira: nada menos do que oito páginas de índice onomástico, com referências à crème de la crème da política mundial e à "feijoada" brasileira de quem já esteve nas colunas sociais. Ele também assinou ou organizou 66 livros, certamente o diplomata mais prolífico de todos os tempos e, provavelmente, o mais longevo: 93 anos e ainda ativo. Serviu na segunda metade do século 20, mas também estaria bem na belle époque, no Renascimento, ou em qualquer época, pela sua cultura universal e pelos dotes de musicólogo e historiador. Deve ter histórias ainda mais picantes e sensíveis do que as reveladas aqui: oxalá deixe escritos pós-publicáveis.



Prata da Casa



Almino. João:

Free City

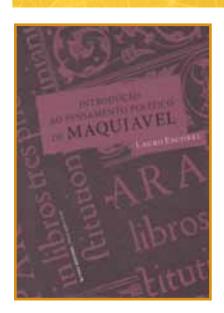
(Londres: Dalkey Archive Press, 2013, 206 p.; ISBN 978-1-56478-900-6; trad. De Rhett McNeil, de Cidade Livre; Rio de Janeiro: Record, 2010)

Depois de ter iniciado uma carreira de "escritor" de ciência política, João Almino enveredou pela arte da novela (As Cinco Estações do Amor) e pelo ensaísmo literário - Escrita em contraponto: ensaios literários, por exemplo - mas é nos romances semi-biográficos que ele se expressa melhor, como nesta tradução de seu aclamado relato em torno da construção de Brasília. Trata-se, na verdade, de uma ampla obra, enfeixada sob o rótulo comum de Quarteto de Brasília, talvez para aproximá-lo do autor do Quarteto de Alexandria. Free City é o terceiro do ciclo, um romance vibrante, no qual coexistem tanto os modestos construtores da cidade quanto personagens da política mundial ou do universo literário (vinculadas de alguma forma a Brasília), em idas e vindas entre o passado e o presente. Um dos melhores novelistas diplomatas...

Escorel, Lauro:

Introdução ao Pensamento Político de Maquiavel (3a. ed.; Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, FGV, 2014, 344 p.; ISBN: 978-85-88777-59-0)

Escrito em 1956, publicado pela primeira vez em 1958, novamente em 1979, este clássico da maquiavelística brasileira é agora apresentado por um acadêmico e complementado por uma conferência de 1980 do autor, que se tornou "maquiavélico" ao servir na capital italiana em meados dos anos 1950. Para Escorel, "as observações de Maguiavel sobre a política externa dos Estados continuam a apresentar... uma extraordinária atualidade" (329-30). O florentino foi o primeiro grande teórico da política do poder. Mas no plano interno também, Escorel segue Maquiavel em que a política é um "regime de precário equilíbrio entre as forças do bem e as forças do mal, em que estas muitas vezes superam aquelas..." (34). Os dois colocam o "problema cruciante das relações da política com a moral", que está no centro da obra do italiano.



Expediente

DIRETORIA DA ADB

Embaixador Guy M. de Castro Brandão – Presidente
Ministro Carlos Augusto Loureiro de Carvalho – Vice-presidente executivo
Ministro Adriano Silva Pucci – Diretor
Conselheiro Pedro Paulo Hamilton – Diretor
Conselheiro João Frederico Abbott Galvão Júnior – Diretor
Secretário Fabrício Araújo Prado – Diretor
Secretário Pedro Alexandre Penha Brasil – Diretor

CONSELHO FISCAL

Conselheiro Francisco Hermógenes de Paula Conselheiro Murillo Basto Júnior

SECRETARIADO DA ADB

Gerente administrativo: Térsio Arcúrio Assistente administrativa: Jacqueline Francisca da Cruz

ADB

Boletim da Associação dos Diplomatas Brasileiros Ano XXI – nº 87 Edição Outubro/Novembro/Dezembro 2014 – ISSN 0104-8503

CONSELHO EDITORIAL

Guy M. de Castro Brandão
Carlos Augusto Loureiro de Carvalho
Adriano Silva Pucci
Pedro Paulo Hamilton
João Frederico Abbott Galvão Júnior
Fabrício Araújo Prado
Pedro Alexandre Penha Brasil

REPORTAGEM

Angélica Córdova, João Paulo Biage e Mariana Ávila

EDIÇÃO

Patrícia Cunegundes

REVISÃO

Ana Cristina Paixão

PROJETO GRÁFICO, CAPA E DIAGRAMAÇÃO

Fabrício Martins

IMPRESSÃO

Gráfica Teixeira

TIRAGEM

3 mil exemplares



